MPV 675 00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDA		ETIQUETA			
APRESENTAÇÃO DE EMENDA	5				
2 DATA 26/05/2015	PROPOSIÇÃ MEDIDA PROVI	o SÓRIA nº 675 de	2015		
RICARDO BARROS			5 N. PRONTUÁRIO		
6 SUPRESSIVA 2- SUBSTITUTIVA	3- X MODIFICATIVA	4- ADITIVA	9- SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA		
TEXTO					
EMENDA MODIFICATIVA					

Altera a redação do parágrafo doze do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e acrescenta novo parágrafo, nos seguintes termos:

Art. O parágrafo décimo segundo do art. 8° e o art. 28, ambos da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pela Lei n° 13.097, de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 8°	
§ 12	

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi., bem como partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados, exclusivamente para a sua fabricação ou reparo, inclusive quando importados diretamente pelo fabricante de pá de motor ou da

turbina eólica.

§ 25. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras do setor de energia eólica poderão ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria.

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI, bem como os insumos e matérias-primas destinados exclusivamente para a sua produção."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem aperfeiçoar o texto já incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o incremento do setor fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do inciso XL do art. 8°, parágrafo 12, não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país, sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.
Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos propostos.

DEPUTADO RICARDO BARROS